

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Comissão Especial sobre Prevenção e Auxílio a Desastres e Calamidades Naturais

REQUERIMENTO Nº de 2025
(Do Sr. Gilson Daniel)

Requer a realização de audiência pública para discutir os principais entraves na transferência de recursos durante as situações de emergência e calamidade pública, com o intuito de coletar sugestões concretas para a redução da burocracia nesses processos.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública nesta Comissão Especial para debater os principais entraves na transferência de recursos durante as situações de emergência e calamidade pública, com o intuito de coletar sugestões concretas para a redução da burocracia nesses processos. Para tanto, sugerimos a participação dos seguintes convidados:

- Representante da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda;
- Sr. Wolnei Wolff - Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil– Sedec – Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional;
- Coronel Henguel Ricardo Pereira - Coordenador da Defesa Civil do Estado de São Paulo;
- Coronel Luciano Chaves Boeira – Coordenador da Defesa Civil do Estado do Rio Grande do Sul;
- Coronel Scharlyston Martins Paiva – Coordenador da Defesa Civil do Espírito Santo;
- Ten. João Eduardo Schwabe Cardozo – Coordenador da Defesa Civil de Santa Catarina.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Especial sobre Prevenção e Auxílio a Desastres e Calamidades Naturais

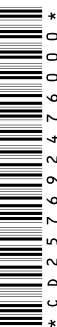
JUSTIFICAÇÃO

A transferência de recursos públicos para atender a situações de emergência e calamidade pública desempenha um papel fundamental na mitigação dos impactos sociais e econômicos causados por desastres de diversas naturezas e magnitudes. Esses desastres podem comprometer gravemente a infraestrutura, os serviços essenciais e a segurança da população, tornando imprescindível a rápida atuação do poder público.

No entanto, os municípios brasileiros enfrentam desafios significativos para acessar e utilizar esses recursos de forma célere e eficaz. A burocracia excessiva e a exigência de múltiplas etapas administrativas muitas vezes retardam a resposta governamental, comprometendo a capacidade de assistência imediata às comunidades afetadas.

Dentre os principais obstáculos enfrentados, destaca-se a exigência de adimplência dos municípios para acessar os recursos emergenciais. Muitas prefeituras já lidam com crises fiscais sem precedentes, o que pode inviabilizar a liberação de verbas justamente nos momentos em que são mais necessárias. Além disso, a rigidez dos trâmites para liberação de verbas, a necessidade de comprovação detalhada de danos antes da destinação dos recursos e a falta de padronização nos critérios exigidos pelos órgãos concedentes agravam ainda mais a situação. A carência de suporte técnico e operacional em diversas administrações municipais também dificulta o cumprimento de exigências legais no prazo necessário para uma resposta, recuperação e reconstrução eficientes. Como resultado, a burocracia acaba por transformar um instrumento de auxílio emergencial em um processo moroso, deixando desassistidos aqueles que mais necessitam.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível a realização de uma audiência pública que reúna especialistas e representantes dos órgãos responsáveis para debater soluções práticas e viáveis para a desburocratização desses processos. O intuito é coletar sugestões concretas que possam subsidiar aprimoramentos normativos e administrativos,





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Especial sobre Prevenção e Auxílio a Desastres e Calamidades Naturais

garantindo que os recursos cheguem com maior rapidez às localidades atingidas por desastres e emergências.

Sala das Comissões, de fevereiro de 2025.

Deputado **GILSON DANIEL**
PODE/ES

